

**CAPITALISMO, TRABALHO E GRUPOS SUBALTERNOS: OS IMPACTOS DA COVID-19 NA VIDA E SAÚDE DOS TRABALHADORES¹**Eliesér Toretta Zen²Douglas Christian Ferrari de Melo³Caio Costa Louback⁴**Resumo**

Este artigo tem como objetivo analisar as relações sociais capitalistas no contexto da pandemia da covid19 e os impactos na vida, saúde e trabalho dos grupos subalternos (as). Para realizar tal intento realizamos um estudo bibliográfico a partir do referencial teórico marxiano e gramsciano. A partir desse aporte teórico buscou-se analisar o contexto da pandemia da covid-19 e de seus impactos na vida, saúde e trabalho dos subalternos. O estudo revelou, que os impactos da covid-19, se abateu de forma mais profunda nos trabalhadores (as), devido as condições desiguais de acesso a saúde, desemprego, moradia e condições dignas de trabalho e salário, engendradas pela desigualdade estrutural produzida pelas relações sociais capitalistas.

Palavras-chave: Capitalismo, trabalho, subalternos, Covid19, Antonio Gramsci.

CAPITALISMO, TRABAJO Y GRUPOS SUB-INTERNOS: LOS IMPACTOS DEL COVID-19 EN LA VIDA Y SALUD DE LOS TRABAJADORES.**Resumen**

Este artículo tiene como objetivo analizar las relaciones sociales capitalistas en el contexto de la pandemia de Covid-19 y su impacto en la vida, la salud y el trabajo de las personas en situaciones subordinadas. El estudio reveló que el impacto del Covid-19 impactó más profundamente a los trabajadores, por las condiciones desiguales de vida, el desempleo, la habitación y las condiciones dignas de trabajo e ingresos construidas por la desigualdad estructural.

Palabras clave: capitalismo, trabajo, subordinación, covid-19, Antonio Gramsci

CAPITALISM, LABOR AND SUB-INTERNAL GROUPS: THE IMPACTS OF COVID-19 ON WORKERS 'LIFE AND HEALTH.**Abstract**

This article aims to analyze the capitalist social relationships in the context of the pandemic of Covid-19 and its impact in life, health and job of people in subordinate situations. The study revealed the impact of Covid-19 impacted more profoundly the workers, because of the unequal conditions to live, unemployment, habitation and dignifying conditions of work and income constructed by structural inequality.

Keywords: capitalism, work, subordination, covid-19, Antonio Gramsci

¹ Artigo recebido em 30/08/2020. Avaliação em 20/09/2020. Aprovado em 07/10/2020. Publicado em 22/12/2020.

² Doutor e mestre em educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Professor titular de Filosofia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes). Professor do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Ensino de Humanidades - (PPGEH) do Ifes campus Vitória. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4705-1636>. E-mail: elieserzen@ifes.edu.br.

³ Doutor em educação no Programa de Pós-graduação em Educação pela Ufes. Professor adjunto do Departamento de Educação, Política e Sociedade, do Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação-CE/PPGMPE/Ufes, do Programa de Pós-graduação em Educação-CE/PPGE/Ufes. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-2761-0477>. E-mail: dochris.ferrari@gmail.com.

⁴ Formado em Letras Inglês pela Universidade Estácio de Sá. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8512-041X>. E-mail: hilleltheelder48@gmail.com.

Introdução

O cenário mundial no ano de 2020, está sendo marcado pelos impactos e desafios decorrentes da doença COVID-19, a qual possui como método mais eficaz de combate o isolamento social. A realidade de múltiplas desigualdades historicamente presentes em nosso país não começou com a pandemia. Na verdade, o Coronavírus (Covid-19) apenas as agravou. Escancarou vulnerabilidades sociais como a desigualdade econômica, social e educacional, para citar as principais. A ausência das informações em dados oficiais, especialmente referentes aos grupos subalternos, o discurso contrário as medidas de contenção da doença por parte dos governantes, principalmente em relação ao isolamento social (para os que efetivamente podem ficar em casa, já que grande parte dos trabalhadores (as) que situam-se entre os grupos subalternos, não puderam adotar o isolamento social, premidos que estão pelas necessidades de sobrevivência, sendo obrigados a correr o risco de se contaminar e vir a falecer pelo Covid19 ou a morrer de fome. Somados a esses discursos negacionistas da pandemia divulgados pelo mandatário máximo do país, com expressões como “é uma gripezinha”, soma-se a ausência de informações e diagnósticos específicos, já alertada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela Organização Mundial da Saúde (OMS), no início da pandemia, dificulta consideravelmente a realização de pesquisas e análise de dados; além da elaboração de políticas públicas direcionadas para os grupos subalternizados da população.

A ausência de articulação do governo federal para lidar com os desafios da pandemia, diante o contexto de isolamento social, organização das ações da saúde e da suspensão das aulas, reflete a profunda invisibilidade enfrentada por essa parcela da população, resultando no fato que a própria população precisa se organizar em suas comunidades para garantir o direito mínimo de sobrevivência.

O presente artigo tem como objetivo analisar as relações sociais capitalistas no contexto da pandemia da covid-19 e os impactos na vida, saúde e direitos dos trabalhadores (as). Para realizar tal intento, realizamos um estudo bibliográfico a partir do referencial teórico marxiano e gramsciano, destacando os conceitos de trabalho e subalternidade para compreender o momento que estamos vivendo da pandemia da covid19 e de seus impactos na vida, saúde e direitos dos trabalhadoras e trabalhadores.

Para tanto, o artigo está dividido nas seguintes sessões, além dessa introdução e das considerações finais: 1) capitalismo contemporâneo, trabalho e subalternidade; 2) o contexto da pandemia da covid-19; 3) o novo coronavírus e os impactos na vida e saúde dos trabalhadores em decorrência da desigualdade estrutural que perpassa as relações sociais.

Trabalho e grupos subalternos nas relações sociais capitalistas atuais/contemporâneas

Segundo a perspectiva gramsciana, o trabalho tem ontologicamente uma dimensão formadora do ser humano. No entanto, no modo de produção capitalista, em que reinam a divisão social e técnica do trabalho, a propriedade privada dos meios de produção e a apropriação privada da riqueza produzida pelo trabalho coletivo de todos os seres humanos, o trabalho converte-se em meio de alienação, degradação e embrutecimento do ser do trabalhador e de reificação da totalidade das relações sociais, incluindo a natureza. Para Marx a propriedade privada é consequência do trabalho alienado, do homem alienado de si, do outro e da natureza, em síntese, “do homem alienado, do trabalho alienado, da vida alienada, do homem estranho a si próprio” (MARX, 2002, p. 120). De fato, o fenômeno da alienação ocorre nas relações sociais de produção, em que o capital é o sujeito e os seres humanos são objetos.

Nessa sociedade regida pelas relações mercantis é que os seres humanos, ao se objetivarem na natureza, não podem, por uma força que lhes é estranha, apropriar-se dos objetos do próprio trabalho, ou seja, estão alienados de sua própria atividade vital humana. Então, a partir de Marx, podemos afirmar que não é apenas a atividade vital humana que se encontra alienada, mas o conjunto das relações sociais das quais o ser humano faz parte, ou seja, a própria existência do trabalhador na totalidade.

Realmente, nas relações sociais em que impera a apropriação privada da riqueza produzida socialmente pelo trabalho humano, os sentidos materiais e espirituais do ser humano estão alienados, embrutecidos, danificados, de tal forma que trabalhar representa para o trabalhador o sacrifício do corpo e do espírito. Assim, o trabalho alienado embruteceu e danificou nosso espírito de tal forma que “todos os sentidos físicos e intelectuais foram substituídos pela simples alienação de todos os sentidos, pelo sentido do ter” (MARX, 2002, p. 142). Segundo Antunes (1998, p. 40).

O padrão produtivo taylorista e fordista vem sendo crescentemente substituído ou alterado pelas formas produtivas flexibilizadas e desregulamentadas, das quais a chamada acumulação flexível e o modelo japonês ou toyotismo são exemplos; o modelo de regulação social-democrático, que deu sustentação ao chamado estado de bem estar social, em vários países centrais, vem também sendo solapado pela (des)regulação neoliberal, privatizante e antissocial.

De acordo com o mesmo autor, algumas características podem ser enumeradas para qualificar as modificações no sistema de produção capitalista, que vêm fragmentando e afetando de forma avassaladora as condições de trabalho e de vida das frações da classe trabalhadora: a incorporação da ciência e inovação tecnológica nos processos produtivos, a produção global e flexível, a nova forma organizacional (toyotismo), a qualidade total e a globalização do capital financeiro. A partir de todas essas mudanças, o que se percebe é que o desemprego aumenta e diversifica a sua forma, além de atingir desigualmente os indivíduos segundo as suas características de sexo, escolarização, idade, raça e condição de deficiência.

Nesse sentido, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgou os dados de desemprego no Brasil no segundo trimestre de 2020, atingindo o índice 13,3%, o maior nível em três anos. De acordo com a pesquisa realizada pelo IBGE, o desemprego tem um recorte de gênero e cor, atingindo de forma desigual as mulheres em relação aos homens e os negros em relação aos brancos.

Assim, a pesquisa do IBGE revelou que no segundo trimestre de 2020, o desemprego foi maior entre as mulheres, atingindo uma taxa de desocupação de 14,9%, já para os homens o desemprego foi de 12,0%; já em relação as pessoas pretas o desemprego foi de 17,8%, para os declarados pardos foi de 15,4% e para os brancos o desemprego atingiu 10,4% da população. Também, cabe frisar que os jovens entre 18 a 24 anos continuam sendo os mais atingidos pelo desemprego, chegando a uma taxa de desocupação de 29,7%.

Destaca-se também que o desemprego tem atingido de forma diferenciada a população conforme o nível de escolaridade. Assim, o desemprego entre as pessoas com Ensino Médio incompleto apresentou a maior taxa, de 22,4%. Já para os brasileiros(as) que possuem o nível superior incompleto foi de 15,8%, mais que o dobro por aqueles que haviam concluído o curso superior, ou seja, 6,4%.

O que significa, que na prática temos aproximadamente, quase 15 milhões de brasileiros (as) desempregados; se a essas pessoas, forem acrescentados(as) as que se encontram na economia informal e os desalentos, aqueles que já não procuram

trabalho, porque já não tem nem condições de pagar as passagens de ônibus para se locomover nas cidades, seja porque já perderam a esperança de conseguir um trabalho, esses números podem chegar a quase metade da população brasileira, ou seja, a 90 milhões de brasileiros (as).

Outro dado relevante que a pesquisa do IBGE traz a lume é que o desemprego no Brasil atinge mais fortemente as regiões mais pobres do país. Por exemplo, a região nordeste, que historicamente foi e continua a ser a que apresenta a maior taxa de desemprego do país, com 16,1%. A pesquisa revelou que as três maiores taxas de desocupação foram os estados do nordeste, a Bahia com 19,9%, o estado de Sergipe com 19,8% e Alagoas com 17,8%. Esses dados reforçam a desigualdade estrutural que perpassa a história do país em relação aos estados da federação em relação ao acesso a trabalho, saúde, educação, com menor escolaridade a população nordestina acaba por ser mais propensa ao flagelo do desemprego.

Outra face da mesma tragédia social e política que se abate sobre os grupos subalternos que merece atenção de nossa parte e que se entrelaça com essa a questão do desemprego e da informalidade são as diversas formas de trabalho uberizado e precarizado presente nos setores de serviços impulsionados pelo uso das tecnologias digitais por meio dos aplicativos (amazon, apple, uber, rappi, entre outros) e que tem devastado os direitos sociais do trabalho, em especial dos entregadores de aplicativos, como expressão mais visível da devastação social do trabalho operado pelo capital em sua sanha de lucro e de destruição total dos direitos dos grupos de trabalhadores subalternos.

Essa realidade de precarização estrutural do trabalho se agravou no contexto da pandemia do Covid19. A pandemia que em seu início, no Brasil, afetou mais os ricos e a classe média, por terem condições econômicas de viajar e visitar outros países, principalmente dos Estados Unidos da América (hoje epicentro da pandemia mundial) e Europa, acabaram por serem as primeiras contaminadas. No entanto, com o passar dos meses e com a flexibilização do isolamento social, premidos pela necessidade de trabalhar para o sustento de si e da família, muitos trabalhadores, pobres, negros, mulheres, deficientes, ou como bem expressou Gramsci, os grupos subalternos, não tiveram escolha entre se proteger do vírus ou padecer a fome, e foram premidos pela necessidade de sobrevivência a trabalhar.

Por isso, segundo Gramsci (2005, p. 135), “os grupos subalternos⁵ sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e insurgem: só a vitória ‘permanente’ rompe, e não imediatamente, a subordinação.” Verifica-se, em seu processo histórico, que “na realidade, mesmo quando parecem vitoriosos, os grupos subalternos estão apenas em estado de defesa, sob alerta.”

Para Semeraro (2019), considerando que o universo dos grupos subalternos esteve como referência na trajetória de vida e dos escritos de Gramsci, os subalternos não estão vinculados somente as categorias de proletário ou classe trabalhadora. Olhando para o Brasil e a América Latina, o autor entende que também o “colonizado”, “oprimido”, “empobrecido”, “precarizado”, “sem trabalho”, entre outros. São as classes oprimidas da história, os que estão à margem do processo histórico. SCHLESENER (2016) também estão incluídos “[...] os que resistem à dominação demonstrando alguma consciência de classe”. Nesses, podem estar incluídos grupos de intelectuais. Segundo Del Roio (2018, p. 176), “Gramsci se colocava o problema da unificação das classes subalternas como um contribuição a unificação do gênero Humano”.

A nota 14 do terceiro caderno, destaca duas observações do raciocínio de Gramsci sobre os grupos subalternos: 1) “a história das classes subalternas é necessariamente desagregada e episódica”; 2) “há na atividade dessas classes uma tendência à unificação, ainda que em planos provisórios, mas essa é a parte menos visível e que se demonstra somente com a obtenção da vitória” (GRAMSCI, 2006, p. 135). A respeito dessa nota, Del Roio (2007, p. 68) diz que a primeira indica a situação histórica das classes subalternas, enquanto a segunda

sugere que as classes subalternas, por “iniciativa autônoma”, tendem à unificação e, nessa condição, à superação da subalternidade, à hegemonia. As classes subalternas unificadas em torno de uma perspectiva autônoma propõem uma nova hegemonia, uma nova ordem social.

Está a margem significa está à margem da história oficial, mas que tem uma história que precisa ser resgatada, pois, segundo Semeraro (2019, p. 58) “são

⁵ Nos “Cadernos do cárcere”, Gramsci utiliza em várias passagens os conceitos de grupos, classes, frações de classes para designar as posições fundamentais: de um lado, o grupo dominante ou classes dominantes; do outro, o grupo subalterno ou classes subalternas. No primeiro caso, aparecem também as expressões “grupo fundamental”, “classe dirigente”. No segundo caso, ainda aparecem “subalternos”, “grupos subordinados”. Nesse texto, adotaremos a expressão “grupo subalterno”. Por ora, ficamos com a explicação de Del Rio (2007, p. 74): “A expressão “grupos subalternos” refere-se também a camadas sociais que não podem ser definidas como classe propriamente dita, como o caso de grupos intelectuais ou mesmo de classes que não se formaram ainda como tal. Por outro lado, Gramsci acentua a dificuldade em se romper a subalternidade e o risco da ilusão de vitória”. Para aprofundamento, indicamos Del Rio (2007), Simionatto (2009) e Galastri (2014).

incrivelmente resistentes, combativos, esperançosos e criativos”. Por isso, aquela época, Gramsci queria responder à seguinte questão posta após as derrotas socialistas na Europa:

Como a classe trabalhadora podia construir uma nova hegemonia em um mundo onde não se podia minimizar a magnitude do poder, as metamorfoses do capitalismo, a complexidade das suas ramificações na cultura, na educação, na religião, nos meios de comunicação, nas novas formas de ideologias totalitárias? (SEMERARO, 2014, p. 10).

Vale ressaltar a expansão das novas formas de dominação no contexto do capitalismo atual, provocando modalidades diversas de subalternização e de desmobilização dos grupos subalternos. Nesse sentido, para Ramos (2003), do ponto de vista do capital, a dimensão ontológica do trabalho é subsumida à dimensão produtiva, pois nas relações capitalistas o sujeito é o capital e o homem é o objeto. Assim, para assumir o trabalho como princípio educativo é preciso considerar e superar a lógica da reprodutibilidade do capital, pois

Chegamos ao fim do século XX[início do século XXI] com a seguinte contradição: a ciência e a técnica, que têm a virtualidade de produzir uma melhor qualidade de vida, ocupar os seres humanos por menos tempo nas tarefas de produzir para a sobrevivência e liberá-los para o tempo livre, tempo de escolha, de fruição, de lazer, sob as relações do capitalismo tardio produzem o desemprego estrutural ou o trabalho precarizado (FRIGOTTO, 2005, p. 70).

Deveras, a alienação provocada pela sociedade mercantil, cujo núcleo sagrado é a propriedade privada dos bens produzidos socialmente pelo trabalho humano, permite apenas o desenvolvimento unilateral do ser, mutilando e degradando as condições de vida, de trabalho e da saúde das diferentes frações da classe trabalhadora.

Assim, se o trabalho nas relações sociais capitalistas traz a marca de um trabalho alienado, que nega a humanidade do homem, podemos dizer que de forma contraditória, pode criar as condições para que o trabalhador oprimido e explorado lute pela superação das condições que o oprime.

As novas feições de gerir e organizar o trabalho no capitalismo têm sido caracterizadas por um processo de reestruturação produtiva e de acumulação financeira, observado a partir de meados da década de 1990, o que tem ocasionado efeitos na reconfiguração tecnológica e organizacional dos processos produtivos (ANTUNES, 1998).

Por certo, o “moinho satânico” do capital, como o denominou Pollany, resulta de uma profunda contradição, conforme nos aponta Antunes (2020, p.10), se por um

lado as grandes corporações mundiais, por meio do capital financeiro especulativo, têm acumulado quase a totalidade da riqueza produzida pelo trabalho humano em escala planetária; por outro, a diversidade do conjunto dos trabalhadores (as) se encontra em condições de desemprego estrutural, precarizadas, uberizadas, terceirizadas, em síntese, tem vivenciados uma desvastação do mundo do trabalho. Assim,

Na outra ponta, a proliferação de uma miríade de trabalhos humanos vilipendiados, um vale-tudo: trabalho análogo à escravidão, superexploração (por exemplo, dos/as imigrantes), generalização da terceirização em todas as esferas laborativas, informalidade, intermitência. [...] Uberização do trabalho, distintos modos de ser da informalidade, precarização ilimitada, desemprego estrutural exacerbado, trabalhos intermitentes em proliferação, acidentes, assédios, mortes e suicídios: eis o mundo do trabalho que se expande e se desenvolve na era informacional, das plataformas digitais e dos aplicativos. (ANTUNES, 2020, p.11).

Desse modo, conforme indicado por Antunes, o capital põe em movimento o seu moinho satânico que vai destruindo tanto as condições de trabalho, de organização, de direitos e de vida dos trabalhadores em todo o mundo, não apenas na periferia do sistema, como é o caso do Brasil. Além, de sua ação destrutiva em relação aos direitos do trabalho, o capital, atua também para explorar e exaurir todas as potencialidades de bens que a natureza oferece, por isso, também se converte, guiado pela lógica do lucro, no verdadeiro satã da Terra. Assim, tão vital quanto lutar por um trabalho digno para todos os trabalhadores(as) do mundo, é a defesa da mãe Terra que está sendo devastada pela ganância do dinheiro. Eis o que no diz Antunes:

Tão vital quanto a questão do trabalho é a do meio ambiente, dada a necessidade inadiável de preservar (e recuperar) a natureza, obstando de todos os modos a escalada descontrolada de sua destruição. Aquecimento global, energia fóssil, agrotóxicos, transgênicos, extração mineral, queimadas, indústria destrutiva, agronegócio predador, tudo precisa ser completamente eliminado, pois são todas expressões do capital pandêmico que não tem como continuar seu metabolismo sem intensificar a destruição da natureza (humana, orgânica e inorgânica) em todas as suas dimensões (ANTUNES, 2020, p.22).

Nesse sentido, a pandemia do Covid19, fez com que a humanidade “parasse” por um tempo, por alguns meses para pensar, refletir e quiçá operar uma mudança em sua forma de se relacionar entre si e com a natureza. Alguns meses em isolamento social e em quarentena pudemos observar uma redução da emissão de gases estufas na atmosfera e a natureza pode respirar e com ela, nós também.

Assim, ensaiamos uma experiência de que podemos e devemos inventar uma forma alternativa de nos relacionar entre nós e com a natureza. Será que precisamos consumir todos os produtos que a indústria fabrica? Quais são as necessidades que são existencialmente e socialmente necessárias e que precisamos satisfazer? Devemos viver para trabalhar ou trabalhar para viver?

As respostas a essas questões implicam os caminhos que podemos trilhar e a esperança de que podemos apesar de tudo acreditar e ter esperança de construir novas relações entre os seres humanos e a natureza fundadas nos laços de solidariedade e de justiça social e ambiental. De acordo com Antunes (2020) as novas relações de trabalho com foco no complexo tecnológico-digital-informacional não têm como finalidade central os valores humano-sociais, ou seja, a humanização das condições de vida, de trabalho e de saúde do trabalhador e nem a preservação da natureza, que mais do que nunca está sendo destruída pela ganância capital, materializada nas ações do latifúndio, do agronegócio, da grilagem, que estão devastando a Amazônia e os povos indígenas.

Esses grupos que formam a classe dominante que se apropriam do Estado e se organizam, especialmente quando os grupos subalternos estão organizadas “com o objetivo de colocar em xeque, combater, questionar ou ameaçar algum fundamento material das relações de classe vigentes” (GALASTRI, 2014, p. 42). O mesmo autor afirma que “enquanto as classes e frações de classes dominantes encontram-se permanentemente organizadas por meio dos aparelhos do Estado capitalista, as classes dominadas encontram-se política e ideologicamente dispersas na forma de grupos subalternos (p. 42). Os grupos dominantes trabalham para se organizarem, ao mesmo tempo que, buscam a desorganização do grupos subalternos. Ainda, segundo Schlesener (2016, p.115) a condição de subalternidade

Produzida a partir do modo de produção capitalista estende a todas as outras instâncias da vida social e se consolida na contemporaneidade com o fortalecimento dos meios de comunicação de massa, na formação de um consenso passivo.

Por isso, a indagação de Gramsci (1999, p. 93-4, v1) ainda é pertinente em tempo atuais:

[...] é preferível ‘pensar’ sem disto ter consciência crítica, de uma maneira desagregada e ocasional – isto é, ‘participar’ de uma concepção do mundo ‘imposta’ mecanicamente pelo ambiente exterior, ou seja, por um dos muitos grupos sociais envolvidos desde sua entrada no mundo consciente –, ou é preferível elaborar a própria concepção de mundo de uma maneira

consciente e crítica, ser o guia de si mesmo e não aceitar do exterior, passiva e servilmente, a marca da própria personalidade?

Principalmente, em vista do processo desumano que os grupos subalternos estão vivenciando nesse período a necessidade de se expor sem proteção e garantias a pandemia do novo coronavírus. Segundo Simionato (2009, p. 43), “a superação da condição de subalternidade requer, para Gramsci, a construção de novos modos de pensar, a elaboração de uma concepção de mundo crítica e coerente”; caminho necessário para construção da nova hegemonia. Nesse processo, é essencial aprofundar e aperfeiçoar o conhecimento da realidade, ou seja, fazer “crítica real da racionalidade e historicidade dos modos de pensar” (GRAMSCI, 1999, p. 111), o que poderá ocorrer através da filosofia da práxis. Nesse mesmo sentido, Buttigieg (1999, p. 30), afirma que precisamos desvendar “as operações político-culturais da hegemonia que escondem, suprimem, cancelam ou marginalizam a história dos subalternos”.

Ao longo dos cadernos, Gramsci salienta que embora a história dos grupos subalternos normalmente se manifeste de forma “desagregada e episódica”, marcada pelo senso comum, este é ponto de partida. Desse ponto de vista, aponta que a cultura é um dos elementos fundamentais na organização dos grupos subalternos, capaz de romper com a sua desagregação e abrir caminhos para a construção da nova hegemonia.

A crise sanitária que estamos vivendo pode ser o espaço/tempo de alavancar essa nova hegemonia, que deve ter como ponto de partida a instituição de uma nova ideologia e de uma nova cultura. A hegemonia, a ideologia e a cultura do grupo subalterno, na definição de Gramsci, devem surgir como uma crítica radical à ordem anterior. Depois o grupo subalterno, deve preparar as suas próprias hegemonia e ideologia (autônomas e mais adequadas à sua própria realidade), subtraindo-se da dependência ideológica da classe dominante⁶.

Segundo Coutinho (2003, p. 173), “Sem uma nova cultura, as classes subalternas continuarão sofrendo passivamente a hegemonia das velhas classes dominantes e não poderão elevar-se à condição de classe dirigente”. É ver na cultura

⁶ Essa nova hegemonia erguida sob um novo consenso, o “consenso ativo”, que compreende uma nova forma de gerenciar as relações sociais e políticas que se produzirão “[...] no embate de ideias e na efetiva atuação políticas, que é também um processo de educação e de controle recíprocos, como forma de construção de novas relações políticas que tenham como princípio a transparência” (SCHLESENER, 2009, p. 81).

uma necessidade política de unificação e emancipação. Gramsci (2004, p. 225, v1), nos mostra, então, que

a partir do momento em que um grupo subalterno tornar-se realmente autônomo e hegemônico, suscitando um novo tipo de Estado, nasce concretamente a exigência de construir uma nova ordem intelectual e moral, isto é, um novo tipo de sociedade e, conseqüentemente, a exigência de elaborar os conceitos mais universais, as mais refinadas e decisivas armas ideológicas.

Conforme destaca Del Roio (2007, p. 74), “Para romper sua fragmentação os grupos subalternos podem compor um novo Estado, uma nova totalidade, precisamente a partir do momento em que negam a subalternidade e se emancipam”.

O contexto da pandemia da covid-19: o novo coronavírus e os impactos na vida, saúde e de trabalho dos subalternos.

Vivemos já há uns dois séculos, beirando três séculos, uma era em que há uma “personificação das coisas e coisificação das pessoas” (Marx, 2013, p.187); i.e., uma era de inversão de toda uma ordem que se pode crer “natural”: ou melhor, uma inversão configurada por trocar de lugar quem faz e o que é feito: as pessoas se tornam, consciente ou inconscientemente, prisioneiras das coisas, das mercadorias. Logo, podemos entender que, como já se sabe há muito tempo, as coisas (mercadorias, dinheiro, corporações, Estados etc.) vêm sobrepondo as pessoas de forma radical. O trabalhador vende aquilo que tem, sua força de trabalho e seu corpo, em troca de uma vida subalterna e humilhante todos os dias, exatamente por não ter outra opção – a não ser a fome.

Tudo aponta para um cenário ainda muito pior em termos econômicos. Precisamos ainda entender que, por trás do ultraje e da limitação em termos de trabalho e volume de renda do cidadão comum, há a questão da virtualização do dinheiro e das formas de trabalhar; o que faz com que os subalternos possam se encontrar numa posição que os impeça inclusive de trabalhar, porque quem não possui o capital para investir em tecnologia, para adquirir a tecnologia pedida para o trabalho, e também para a qualificação para o trabalho. Gramsci no Volume três dos Cadernos do Cárcere diz no §11, p.28, que “Se todo Estado tende a criar e a manter certo tipo de civilização e de cidadão (e, portanto, de convivência e de relações individuais), tende a fazer desaparecer certos costumes e atitudes e a difundir outros [...]”.

Essa frase é demasiado poderosa e trata de dois elementos que nos dizem respeito quanto ao artigo, a saber: o Estado, por razões variadas e por conluios de natureza econômica variados, tem poder sobre os seus súditos e forma cidadãos como bem quer. Quando fala sobre “conivência e de relações individuais”, Gramsci aprofunda um pouco mais a questão e nos faz pensar necessariamente em pandemia e covid-19. Como a pandemia é de ordem global, a mudança é também de ordem global – como nos faz deduzir a lógica formal. Os Estados entram em acordo sobre como dominar seus súditos mundialmente diante de uma doença inédita e incrível.

Para compreender o contexto da pandemia do Covid19 é necessária uma perspectiva científica (contra todo negacionismo científico). A atitude teórica, na perspectiva científica, nos leva a situar a pandemia como tendo início pela primeira vez em dezembro de 2019, em Wuhan, na China. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a COVID-19 é uma doença infecciosa causada pelo novo corona vírus, identificado pela primeira vez em dezembro de 2019, em Wuhan, na China, e que rapidamente se espalhou pelo mundo, inicialmente no continente europeu e nos Estados Unidos, mas atualmente contaminou quase a totalidade dos países do planeta.

No mundo, de acordo com a OMS, já são 24.997.328 (vinte e quatro milhões, novecentos e noventa e sete mil e trezentos e vinte e oito pessoas infectadas pela nova pandemia, sendo que desse total, 16.410.455 (dezesesseis milhões e quatrocentos e dez mil, quatrocentos e cinquenta e cinco) pessoas se recuperaram. O total de pessoas que já perderam a vida devido ao novo corona vírus no mundo é de 842.522 (oitocentos e quarenta e dois mil)

No Brasil, país continental e perpassado historicamente por múltiplas desigualdades, além da crise econômica e política decorrente do golpe de Estado de 31 de agosto de 2016, perpetrado pelas elites dominantes, com o apoio midiático, parlamentar, empresarial e do judiciário, a pandemia do Covid19, instaurou uma crise sanitária, configurando um contexto aterrador para principalmente as classes subalternas. Assim, desde o início da pandemia, que no Brasil se deu em fevereiro, até o dia 30 de agosto de 2020, os números de infectados no Brasil pela Covid19 são de 3.846.153 – milhões de pessoas. Desse total, 120.462.000 (cento e vinte mil e quatrocentos e sessenta e duas pessoas) já perderam a vida, com uma taxa de letalidade na média de 2,8%.

Na tessitura desse artigo, ao buscarmos dados sobre a Covid19, no site oficial do Ministério da Saúde (MS), do estado brasileiro, não encontramos os dados referentes as diferenças nas taxas de contágio e mortalidade entre as populações negra e branca, nem entre homens e mulheres e quiçá referentes a população com deficiência. Por isso, resolvemos tomar como parâmetro de análise, os dados da Secretaria de saúde do estado do Espírito Santo.

De acordo com o site do painel covid19 do governo estadual o número de pessoas pretas e pardas infectadas pelo Covid19 no ES foram de 41.950, com um total de 1.351 óbitos, atingindo uma taxa de letalidade de 3,2%, bem acima da média nacional que é de 2,8%, conforme dados do IBGE. Além disso, se compararmos os dados de infecção, testes, letalidade e mortalidade com as pessoas de raça/cor branca, teremos evidências das desigualdades a que estão submetidas as pessoas pretas e pardas em relação as pessoas brancas.

As pessoas de raça/cor branca, de acordo com o site do painel covid19, do estado do Espírito Santo, que foram infectadas pelo novo Corona vírus somam um total de 36.280; sendo que desse total, 1.103 perderam a vida conta a doença, o que revela uma taxa de letalidade de 3,0%; já os que conseguiram se curar da doença foram um total de 32.422.

Dessa forma, quando comparamos os dados entre as pessoas de raça/cor preta e parda com os dados das pessoas de raça/cor branca, observamos que o número de infectados entre as pessoas pretas e pardas é 5.670 maior que o das pessoas brancas; já em relação à taxa de letalidade a diferença entre as pessoas pretas e pardas em relação as pessoas brancas é de 0,2%; em relação a taxa de mortalidade, podemos verificar conforme dados acima, que as pessoas pretas e pardas tem morrido mais em decorrência da Covid19, do que as pessoas brancas, com uma diferença de 248 mortes a mais que as pessoas de raça/cor branca. Outro dado que revela a desigualdade social agravada pela pandemia é o que diz respeito ao acesso da população a testagem para o Covid19. A população de raça/cor parda e preta, por exemplo, conforme dados do censo demográfico do realizado pelo IBGE, apesar de ser a maior no estado do Espírito Santo, correspondendo a um contingente populacional de cerca de 1,7 milhões para pardos e 293 mil para pretos, ou seja, aproximadamente a 57% da população; já as pessoas de raça/cor branca corresponde

um total de 1,5 milhões de pessoas, o que representa apenas 42,2% do total da população.

Assim, apesar de representar a maior parcela da população do Espírito Santo, as pessoas de raça/cor preta e parda tiveram menos acesso a testes da Covid19 que as pessoas de raça/cor branca, conforme os dados da secretaria de saúde do governo do estado do ES. Assim, para que seja revelado essa desigualdade no acesso a testagem pela Covid19, separamos os dados por raça/cor. Assim, o total de pessoas de raça/cor preta que tiveram acesso a testes para a Covid19 foram de 17.077; já as pessoas de raça/cor parda que foram testadas somaram um contingente populacional de 94.825; ambos os dados estão bem abaixo em relação aos das pessoas de raça/cor branca, que foi de 97.106.

Por certo, esses dados revelam que a pandemia do Covid19, representou na prática um aprofundamento das condições sociais precárias de trabalho, de acesso a saúde, de educação e de moradia das populações de raça/cor preta e parda em relação as pessoas de raça/cor branca. No entanto, se consideramos as pessoas com deficiência, veremos que a pandemia, tem impactado a vida dessas pessoas, de forma ainda mais profunda, que as pessoas de raça/cor preta e parda.

Conforme os dados divulgados pelo portal da secretaria de saúde do Espírito Santo as pessoas com deficiência que foram contaminadas somam um total de 3.552. Desse total, 172 (cento e setenta duas) perderam a vida, o que representa uma taxa de letalidade de 4,8, o que equivale a 2,0% em relação à média nacional e a 1,6% em relação a taxa de letalidade das pessoas de raça/cor preta e parda; já em relação a pessoas de raça/cor branca a diferença entre a taxa de letalidade das pessoas com deficiência é de 1,8%.

Assim, em tempos de covid-19, o que vemos é que os subalternos, ou seja, os trabalhadores (as) passam por um momento de agravamento das desigualdades historicamente produzidas pelas relações sociais capitalistas, o que tem se materializado na morte de 120.462.000 – cento e vinte mil e quatrocentos e sessenta e duas pessoas (considerando os dados atualizados até de 30 de agosto de 2020), na invisibilidade e nos múltiplos processos de exclusões a uma vida digna para milhões de brasileiros (as), principalmente para os de raça/cor preta, parda e para as pessoas com deficiência, conforme analisado anteriormente.

Além disso, a pandemia do Covid19 impactou a vida dos subalternos que não tiveram a opção de escolher entre ficar em casa no isolamento social ou na quarentena, e ou ter que trabalhar e arriscar a vida por meio da contaminação do covid19, isso para aqueles que tiveram a sorte de encontrar um trabalho, ainda que precarizado, uberizado, terceirizado, conforme analisado anteriormente. Assim, a Covid19 agudizou o problema do desemprego, conforme já mencionado, milhões de pessoas perderam seu emprego e levou a falência de pequenas e médias empresas, aumentando ainda mais o flagelo do desemprego em nosso país, ao mesmo tempo em que empresas como Amazon e Microsoft crescem e lucram com a crise. Em outras palavras, a disparidade dos que detém o capital e dos que vendem seu corpo e sua força de trabalho a fim de sobreviver se agrava ainda mais, enquanto as corporações, os bancos e os que se consideram “donos do mundo” continuam a devasta-lo em nome do “deus dinheiro”.

Considerações finais

O estudo revelou, que os impactos da covid-19, se abateu de forma mais profunda nos trabalhadores (as), devido as já existentes condições desiguais de acesso a saúde, desemprego, moradia e condições dignas de trabalho e salário, engendradas pelas múltiplas desigualdades que perpassa a história de nosso país, produzida pelas relações sociais capitalistas. Essas múltiplas desigualdades, constituem a estrutura do capitalismo periférico e dependente que tem predominado entre nós, para usar uma expressão analítica de Fernandes (1976) e tem se materializado na interseção entre as desigualdades de classe, raça e gênero, como a abordagem analítica no decorrer deste ensaio buscamos problematizar. Com a pandemia do Covid19, essas múltiplas desigualdades têm sido radicalizadas com a crise sanitária que atinge a humanidade em escala mundial, em especial nosso país na sua condição de nação subordinada mais do que nunca ao império dos Estados Unidos.

Especialmente, as classes e grupos subalternos estão mais expostos ao vírus pois precisam garantir a sua sobrevivência por meio do trabalho informal ou estão na linha de frente no momento da flexibilização de atividades não essenciais ainda em pleno pico na curva de contágio, seja porque os seus locais de moradia não tem acesso a material de higiene necessário para combater o vírus e a geografia dos

bairros onde residem e o acúmulo de pessoas por casa não permite um isolamento social adequado, o eu se comprovou com os dados, no qual os pobres e negros são os mais afetados por infecção ou mortes. Precisamos ouvir a voz dos subalternos, ainda mais nesse contexto de pandemia, pois como Semeraro (2019, p. 64) nos diz, reinterpretando Gramsci: [...] um movimento político não deveria repercutir um grande número de pessoas, como sua compreensão do mundo deveria emergir do próprio conhecimento subalterno”.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1998.

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus:** o trabalho sob fogo cruzado. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

BUTTIGIEG, J. Sulla Categoria gramsciana di ‘subalterno’. In: BARATA, G.; LIGUORI, G. (Org.). Gramsci da un secolo all’altro. Roma: Editori Riuniti, 1999, p. 27-38.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. PNAD Contínua trimestral: desocupação cresce em 11 UFs no 2º trimestre de 2020, com quedas no Pará e Amapá Disponível em: <www.ibge.gov.br >. Acesso em: 28 agosto. 2020.

COUTINHO, Carlos N. **Gramsci:** um estudo sobre seu pensamento político. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DEL ROIO, Marcos. Gramsci e a emancipação do subalterno. **Revista de Sociologia e Política**, n. 29, p. 63-78, 2007.

_____. ROIO, Marcos Del. **Gramsci e a emancipação do subalterno.** São Paulo: Editora UNESP, 2018.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil:** ensaio de interpretação sociológica. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores 1976.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Trabalho e conhecimento:** dilemas na educação do trabalhador. São Paulo: Cortez, 1987.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria e RAMOS, Marise Nogueira (Orgs.). Ensino médio integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

GALASTRI, Leandro. Classes sociais e grupos subalternos: distinção teórica e aplicação política. **Miolo Rev Crítica Marxista**, v. 39, n. 35, p. 35-55, 2014.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, Volume 1: introdução ao estudo da filosofia, a filosofia de Benedetto Croce. Edição e Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, Volume 5: os intelectuais, o princípio educativo. Edição e Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RAMOS, Marise Nogueira. O “novo” ensino médio à luz de antigos princípios: trabalho, ciência e cultura. Boletim Técnico do Senac, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, maio/ago. 2003.

SCHLESENER, Anita Helena. **A escola de Leonardo**: política e educação nos escritos de Gramsci. Brasília: Liber Livro, 2009.

_____. **Grilhões invisíveis**: as dimensões da ideologia, as condições de subalternidade e educação em Gramsci. Ponta Grossa: UEPG, 2016.

SEMERARO, Giovanni. **O marxismo de Gramsci**. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=289>>. Acesso em 6 set. 2014.

_____. A “tradução” do Gramsci no mundo. In: BIANCHI, Alvaro; MUSSI, Daniela; ARECO Sabrina (org.). **Antônio Gramsci**: filologia e política. Porto Alegre: Zouk, 2019.

SIMIONATTO, Ivete. Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana. **Rev. Katál**. Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 41-49 jan./jun. 2009.

MOREIRA, Núbia Regina. A vida das mulheres no contexto da pandemia. Canal do PPGEd-UESB no YouTube, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8l5o-215urU> . Acesso em 13 de maio de 2020.